

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

WAGNER MARTINS MOREIRA

**QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: O TRABALHO DO ASSISTENTE
SOCIAL NOS DIFERENTES ESPAÇOS SOCIO-OCUPACIONAIS**

**São Borja
2015**

WAGNER MARTINS MOREIRA

**QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: O TRABALHO DO ASSISTENTE
SOCIAL NOS DIFERENTES ESPAÇOS SOCIO-OCUPACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Profa. Dra. Loiva Mara de Oliveira Machado

**São Borja
2015**

WAGNER MARTINS MOREIRA

**QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: O TRABALHO DO ASSISTENTE
SOCIAL NOS DIFERENTES ESPAÇOS SOCIO-OCUPACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 04, Fevereiro e 2015.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Loiva Mara de Oliveira Machado
Orientador
UNIPAMPA

Prof. Me. Solange Emilene Berwig
UNIPAMPA

Prof. Dr. Jorge Alexandre da Silva
UNIPAMPA

Dedico este trabalho a minha mãe
Gislaine pelo incentivo e dedicação.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Profa. Dra. Loiva Mara de Oliveira Machado, pelo esforço, dedicação e auxílio na construção desse trabalho final de graduação.

Agradeço aos meus professores que, no decorrer dessa caminhada, deram-me muito apoio para chegar onde estou nesse momento. Agradeço ao professor Cesar Beras por ter me ensinado muita coisa nesses três anos de convivência; ao professor Jorge pelas discussões em sala de aula e construção de conhecimento; a professora Jaina pela dedicação nas suas aulas; a professora Solange pelos seus ensinamentos tanto dentro quanto fora da sala de aula. Aos professores que não estão mais na UNIPAMPA, professora Laura (garanto nunca vou esquecer daquele seminário sobre ideologia); ao professor Jairo que no momento em que estive próximo de abandonar o curso me incentivou a continuar nessa caminhada. Agradeço a todos terem feito parte da minha caminhada. Vocês foram e sempre serão importantes para mim; vou lembrar de todos com muito carinho.

A todos os colegas de curso que pela convivência por mais que com alguns não tenha sido tão boa, alguns poucos valeram a pena ter conhecido e ter feito uma amizade que acredito que vai durar mesmo depois de termos saído da UNIPAMPA. Então para estes eu deixo meus agradecimentos, Roberto, Kelvin, Roni, Franciele, Lisiane vocês que estiveram sempre comigo nos momentos em que mais precisei momentos difíceis, momentos de choro, momentos de alegria, acontecimentos que passamos juntos e que acredito que vamos levar para toda a vida, por mais que não nos vejamos mais a amizade continua a mesma.

Agradeço a minha mãe Gislaine pela compreensão e auxílio na construção desse trabalho.

Agradeço a minha namorada Karine pela compreensão e ajuda neste momento complicado que estava passando.

Trataram meu caso com descaso
Retratarão minha aflição e pânico de um
jeito errado. Deram o recado com bomba
e trator
Minha casa não tem sombra.
Agora é lixo, entulho, lágrima, pedra e
terror.

(Gloria)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema a “questão social” e serviço social: o trabalho do Assistente Social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que busca conhecer os aspectos teóricos e práticos relacionados ao tema. A investigação se vale do método dialético-crítico visando compreender como o profissional Assistente Social apreende a “questão social” e as expressões de resistência em sua rotina de trabalho. Para tanto, a base para o estudo foi constituída por periódicos – Serviço Social & Sociedade, Temporalis e CFESS Manifesta. Tais publicações contribuem para visibilizar o assunto aqui tratado, objetivando, também, conhecer como o Curso de Serviço Social está preparando os futuros Assistentes Sociais, bem como sugerir a inserção na grade curricular componentes curriculares que proporcionem um melhor preparo diante do universo em questão. Para tanto, são analisados os textos compilados e seus dados, à luz da bibliografia selecionada e estudada, visando oferecer uma contribuição importante para estudantes e profissionais da área do Serviço Social.

Palavras-chaves: Expressões de resistência da “questão social”, trabalho, Serviço Social.

RESUMEN

Este Finalización trabajo por supuesto tiene el tema "cuestión social" y el trabajo social: el trabajo de la trabajadora social en los diferentes espacios socio-ocupacionales. Se trata de una investigación bibliográfica que busca comprender los aspectos teóricos y prácticos relacionados con el tema. La investigación se basa en el método dialéctico-crítico El objetivo es comprender cómo el trabajador social profesional agarra la "cuestión social" y la resistencia de las expresiones en su rutina de trabajo. Por lo tanto, la base para el estudio consistió en revistas - Trabajo Social y Sociedad, Temporalis y CFESS Expresa. Estas publicaciones contribuyen a visualizar el objeto del mismo, con el objetivo también conocido como el Curso de Servicio Social está preparando futuros trabajadores sociales, y sugieren la inclusión de los componentes del plan de estudios que proporcionan una mejor preparación ante el universo en cuestión. Para ello, se analizan los textos y datos recopilados en la luz de la bibliografía seleccionada y estudiamos con el fin de ofrecer una importante contribución a los estudiantes y profesionales de los servicios sociales.

Palabras clave: Expresiones de resistência de la "cuestión sociale", trabajo, trabajo social.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Bibliografia analisada	43
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRAS – Centro de Referência e Assistência Social

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A GÊNESE DA “QUESTÃO SOCIAL”	15
2.1	Aspectos Teóricos sobre a gênese da “questão social”	16
2.2	As expressões de resistências da “questão social”	26
2.2. 1	A liberdade como valor central do Serviço Social	28
3	TRABALHO, SERVIÇO SOCIAL E ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS ..	32
3.1	Os significados da categoria trabalho	32
3.2	Assistente Social e espaços sócio-ocupacionais	40
4	AS EXPRESSÕES DE RESISTÊNCIA DA “QUESTÃO SOCIAL” NO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS	44
4.1	Análise dos dados	45
4.1. 1	Serviço Social & Sociedade	46
4.1. 2	Temporalis.....	48
4. 1. 3	CFESS Manifesta	49
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58
	APÊNDICES.....	61

1 INTRODUÇÃO

O tema de pesquisa que orienta a elaboração deste trabalho final de graduação está voltado às expressões de resistência constitutivas da questão social apreendida pelos assistentes sociais, no trabalho realizado nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, no período entre 2010 a 2014. Desse modo, o presente trabalho parte do seguinte problema de pesquisa: **Como os assistentes sociais, apreendem as expressões de resistência inerentes à “questão social” no trabalho realizado nos espaços sócio-ocupacionais em que estão inseridos?** Assim sendo, o tema de pesquisa tratará sobre com as expressões de resistência constitutivas da “questão social” que são apreendidas pelo Assistente Social no trabalho realizado nos diferentes espaços sócio-ocupacionais no período de 2010 a 2014.

Os objetivos se dividem em geral e específicos, sendo que o objetivo geral busca analisar de que forma ocorre a apreensão das expressões de resistência pelos Assistentes Sociais, visando qualificar os processos interventivos nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Os objetivos específicos se caracterizam em verificar como se apresentam as expressões de resistência da “questão social” no trabalho dos assistentes sociais; identificar as requisições de ordem teórico-metodológicas, ético-políticas, e técnico-operativas utilizadas no trabalho dos assistentes sociais para apreender as expressões de resistência da “questão social”; refletir sobre os desafios e potencialidades que emergem das expressões de resistência da “questão social” nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Para tanto, a técnica utilizada para mensurar as possíveis respostas frente ao objeto de estudo foi a pesquisa bibliográfica. Quanto a esse aspecto Gil (1999, p. 42) define a pesquisa bibliográfica como:

[...] o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. A partir dessa conceituação, pode-se, portanto, definir pesquisa social como processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social.

A pesquisa é de natureza qualitativa, de tipo exploratório, que tem a finalidade de proporcionar uma visão mais ampla do tipo aproximativo sobre um determinado

fato. A técnica de coleta de dados refere-se a pesquisa bibliográfica e para análise, a técnica de análise de conteúdo.

Nesse sentido, pode-se entender a pesquisa como um processo formal e sistemático que vem numa acepção de auxiliar o pesquisador a aproximar-se da melhor maneira possível do movimento concreto da realidade, assim desvendando os fenômenos, buscando sempre a sua essência. O objetivo que dá bases para a pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. Desse modo, é possível entender a pesquisa social como sendo um processo que se utiliza de metodologia científica, dessa maneira permitindo a obtenção de novos conhecimentos.

Após estas breves observações, é necessário refletir sobre o método que foi utilizado para a coleta e análise dos dados, ou seja, o método dialético, conforme Gil:

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. Por outro lado, como a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma. (2008, p. 31)

Optou-se por usar o método dialético por entender-se que o mesmo fornece fundamentos para que possamos interpretar a dinâmica e a totalidade da realidade, pois o mesmo estabelece que os fatos sociais não podem ser percebidos isoladamente ou serem abstraídos das influências políticas, econômicas e culturais, que este sofre. Por outro lado, a dialética dá mais importância às mudanças qualitativas e de modo natural opõe-se a qualquer forma de se pensar em que a ordem quantitativa sobressaia a qualitativa.

A concepção de dialética de Marx e Engels se apresenta com bases materialistas que admitem a preeminência da matéria sobre as ideias. Portanto, Marx e Engels dão origem ao materialismo dialético que é entendido como um método de interpretação da realidade e se encontra fundamentado em três grandes princípios. Conforme Gil (1999) são eles:

a) A unidade dos opostos. Todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organicamente unidos e constituem a

indissolúvel unidade dos opostos. Os opostos não se apresentam simplesmente lado a lado, mas num estado constante de luta entre si. A luta dos opostos constitui a fonte do desenvolvimento da realidade.

b) Quantidade e qualidade. Quantidade e qualidade são as características iminentes a todos os objetivos e fenômenos e estão inter-relacionados. No processo de desenvolvimento, as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas e essa transformação opera-se por saltos.

c) Negação da negação. A mudança nega o que é mudado e o resultado, por sua vez, é negado, mas esta segunda negação conduz a um desenvolvimento e não a um retorno ao que era antes (GIL, 1999, p.31-32).

Nesse sentido, a dialética dá bases para que seja possível realizar a interpretação totalizante e dinâmica da realidade tendo em vista que já estabelece que os fatos sociais nunca devem ser entendidos e nem considerados quando isolados ou abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, entre outras. De acordo com Gil (2008), a dialética dá mais ênfase as mudanças qualitativas e assim naturalmente se contrapõem a qualquer modo de pensar em que a ordem de pensar quantitativa se torne norma. A técnica utilizada para a coleta de dados é a pesquisa bibliográfica conforme Gil (1999, p. 65):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, construído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalhos desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Partes dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de páginas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo.

Dessa forma, entende-se que a pesquisa bibliográfica se desenvolve por meio de material que já fora elaborado anteriormente, principalmente, buscando como fonte de dados livros e artigos científicos. A vantagem de utilização da pesquisa bibliográfica é o fato desta permitir a cobertura de um vasto leque de informações acerca do objeto de estudo.

A sistematização de dados obtidos através da pesquisa bibliográfica foi realizada através de quadros-sínteses, conforme apêndice A, B e C. A análise de conteúdo foi fundamentada em Bardin (2006) que refere as seguintes fases: 1) Pré-análise, 2) Exploração do material e 3) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na primeira fase destacada pela autora, foi realizada a organização do material a ser analisado a fim de torná-lo operacional de modo a sistematizar as

ideias nele contida. Na segunda fase, explorou-se o material, definindo as categorias e identificando os registros, com a finalidade de usá-lo como base para a apreender a mensagem contida nos mesmos. Na terceira fase, por fim, foi possível tratar os resultados obtidos e realizar a interpretação destes. É nesta fase final de, de acordo com o Bardin (2006), acontece a condensação e é dada a ênfase as informações que serão analisadas.

A partir do exposto, cabe ressaltar que o estudo encontra-se estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo consiste na abordagem sobre a gênese da “questão social” e as expressões de resistência. É neste capítulo que se apresenta a origem da “questão social” e de que forma as expressões de resistência se constituem como parte desta “questão social”. O segundo capítulo consiste em expor o trabalho enquanto categoria ontológica do ser humano e como, através de uma série de mudanças, o trabalho se modifica. Busca-se através deste capítulo dar visibilidade as bases para a inserção do assistente social no mercado de trabalho e de que forma os diferentes espaços sócio-ocupacionais influenciam no seu trabalho.

O terceiro capítulo consiste na análise dos dados coletados, onde são apontados os resultados identificados através da pesquisa bibliográfica, considerando as referências teóricas que orientam a pesquisa. Busca-se, nesse item, responder ao problema e questões norteadoras da pesquisa. Por último, no quarto capítulo encontram-se as considerações finais, onde são tecidas algumas reflexões e problematizações referentes a apreensão das expressões de resistência evidenciada na pesquisa.

2 A GÊNESE DA QUESTÃO SOCIAL

Neste segundo capítulo, abordaremos a concepção e a gênese da “questão social”, uma vez que esta é a categoria central deste trabalho de conclusão de curso. Para tanto, buscamos embasamento teórico em autores centrais para a nossa reflexão tais como Yamamoto, Santos, Braz, Lazbek, Pastorini, Neto, Antunes, Silva, Sposati e Türck por trazerem elementos fundamentais para as discussões e reflexões as quais nos propomos.

Iniciamos nossa reflexão destacando que a “Questão social” tem sua origem atrelada ao princípio da Revolução Industrial ocorrida no século XIX, na Europa. Neste período, houve grandes mudanças tanto na indústria como também nas formas de solidariedade ou coesão social¹.

O processo de industrialização provocou, segundo Hobsbawm (1972), o crescimento da urbanização, sendo, também, responsável por mudanças na mentalidade que levaram, mais tarde, ao surgimento das ideologias que conduziram ao pensamento revolucionário das décadas seguintes à Revolução Industrial. Neste ambiente, a sociedade vê surgir a questão social e com ela as expressões de resistência.

A seguir, o liberalismo surge trazendo consigo um conjunto de princípios e teorias políticas em defesa da liberdade política e econômica, fato este que reforça as questões sociais e abre a arena para o nascimento das expressões de resistências sejam em forma de lutas operárias ou reivindicações de direitos sociais.

O neoliberalismo traz consigo novas interpretações que pretendem minimizar o Estado dentro da esfera econômica. Porém, os trabalhadores, em contrapartida, prosseguem se organizando em torno de suas entidades representativas de classe. Diante disso, a sociedade passa a defender formas de produção, distribuição e comercialização de bens voltados para a valorização do indivíduo.

¹ Durkheim em sua obra intitulada, *Da divisão do trabalho social*, tenta elucidar a existência de uma sociedade, assim como da própria coesão social e esta baseia-se no nível de consenso que é produzido entre os sujeitos. Tal consenso deu-se o nome de solidariedade. Durkheim, divide a solidariedade em dois tipos a mecânica e a orgânica. A solidariedade mecânica é particular das sociedades “primitivas” ou seja sociedades formada por clãs. Durkheim diz que nessas sociedades os indivíduos compartilham das mesmas noções e valores sociais são esses valores que asseguram a coesão social. A solidariedade orgânica existe em sociedades tidas como “modernas”, tal conceito é aplicado em sociedades capitalistas, os sujeitos não compartilham das mesmas crenças e valores, os interesses individuais são bastante distintos.

Desse modo, o trabalho é encarado como um direito dos trabalhadores que adquirem consciência crítica, são autônomos e criativos. Com isso, nascem as associações² igualitárias para valorizar o sujeito do trabalho e não os modelos econômicos hierárquicos vigentes.

Polanyi (2000) em relação à perspectiva anteriormente citada destaca que existem diferentes formas de organização social na sociedade humana, tais como a reciprocidade, a troca e a redistribuição. Nesse sentido, afirma que:

A reciprocidade sub-entende movimentos entre pontos de correlação de grupos simétricos; a redistribuição designa movimentos de apropriação em direção de um centro, depois deste para o exterior. A troca se refere a movimentos de vai e vem tais quais as mudanças de direção em um sistema de mercado. A reciprocidade toma então como pano de fundo grupos simetricamente ordenados; a redistribuição repousa sobre a presença, no interior do grupo, de uma certa forma de centro; para que a troca possa produzir integração, é preciso a existência de um sistema de mercado criador de preços. É claro que esses diferentes modelos de integração supõem suportes institucionais determinados (POLANYI, 2000, p. 245).

Atualmente, segundo este autor, esses pontos comumente são reconhecidos dentro da sociedade civil, no mercado e também no Estado. Para ele, estas três formas se equilibram de modos diversos em cada sociedade. Naquelas onde o que predomina é a troca, o mercado liberal desajustado poderia ser visto como predominante. Porém, quando houvesse predomínio da redistribuição o Estado de Bem-Estar seria o dominante e no caso da reciprocidade, a associação e a colaboração cidadão teriam papel predominante.

2. 1 ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE A GÊNESE DA “QUESTÃO SOCIAL”

A “questão social” esta atrelada a origem do capitalismo. Essa expressão surge a fim de dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental no final do século XVIII, quando experimentava os impactos da onda industrializante

² Essas associações eram formadas pelos sindicatos de classes que de acordo com o Dicionário UNESPE do Português Contemporâneo (UNESP, p. 1289), são agremiações que defendem e coordenam interesses de profissionais que exercem atividades semelhantes.

(NETTO, 2001). A “questão social” se expressa através das lutas políticas e culturais no enfrentamento entre classes sociais diferentes: a burguesia e o proletariado. Nesse sentido, vemos que a “questão social” se exprime simultaneamente nas desigualdades e dialeticamente aponta as possibilidades para o seu enfrentamento. Iamamoto (2008, p. 156) comenta sobre o movimento contraditório em que se transformam as relações sociais:

[...] a “questão social” condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche

Assim, é preciso ponderar alguns elementos acerca da gênese da “questão social”. Estes elementos se manifestam através da apropriação privada da própria atividade humana, o *trabalho*, pelo capitalista por meio da extração da mais-valia (IAMAMOTO, 2011). As formas pelas quais se manifesta a “questão social” na realidade dos sujeitos ocorre por intermédio das desigualdades sociais, cujos exemplos mais correntes são a fome e o desemprego estes oriundos do modo de produção capitalista. Sobre o tema, Santos (2012, p.17) afirma que:

Como expressão das desigualdades sociais oriundas do modo de produção capitalista contrapõe-se a outras perspectivas cujos argumentos centrais para a abordagem da “questão social” são as mudanças nas formas de “solidariedade” ou “coesão social.

Sobre a origem da “questão social” Santos (2012) refere que esta ocorre nos impactos da industrialização e ascensão do capitalismo. Assim, é perfeitamente possível dizer que a mesma se encontra ligada ao aumento da capacidade social de produzir riquezas. Quanto mais a sociedade se revela capaz de produzir bens e serviços, maior será o número de membros que não terão condições materiais de vida (MARX, 2014). A “questão social” é, dessa maneira, o conjunto das desigualdades e lutas sociais que se produzem e se reproduzem no movimento contraditório das relações sociais. Desse modo, são produzidas as diferentes

expressões de desigualdade e de resistência, conforme destaca Iamamoto (2012, p. 28):

Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que, vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados neste terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade.

Ainda o mesmo autor afirma que as desigualdades anteriores à expansão do capitalismo são bastante distintas das que se instalaram após, porque produzem riquezas lado a lado à pobreza. Sendo assim, o caráter contraditório da desigualdade consiste na igualdade que caminha paralelamente à mesma.

Esse evento significa que, no capitalismo, o aumento da fartura se reproduz para todas as classes sociais, mas gerando grandes diferenças entre umas e outras em função de que aqueles que produzem os bens não detêm a posse deles e ainda são explorados para gerá-los. Isto porque a sociedade capitalista é uma sociedade de classes diferentes de sociedades anteriores a esta como a escravista e a feudal.

Atualmente, existem duas classes antagônicas: a burguesa e o proletariado. Se, por um lado, a desigualdade era tida como algo natural nas sociedades escravistas e feudais, na sociedade capitalista a exclusão das classes subalternas é admitida pelo discurso hegemônico, visto que “na sociedade burguesa é proclamada a igualdade de todos os homens por natureza” (TONET, 2006 p.4).

Marx, por sua vez, afirma que “a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em ‘imensa acumulação de mercadoria e a mercadoria isoladamente considerada é a forma elementar dessa riqueza’” (MARX, 1985, p. 41). O capitalismo, portanto, caracteriza-se pela acumulação.

Dessa forma, é possível verificar com base nos autores pesquisados que a dinâmica da sociedade capitalista tem como característica a acumulação e isto se encontra na gênese dela mesma e, por sua vez, na da “questão social”. O social torna-se, então, reflexo do processo de produção da mercadoria onde o ser humano é reduzido a um indivíduo que se confunde com esta mercadoria. Desse modo, origina-se, em síntese, a alienação segundo Marx. Neste contexto, o capitalista se apropria do trabalho excedente gerado pelos trabalhadores no processo produtivo e

este se distancia cada vez mais do produto produzido dando origem a alienação do trabalho.

No ambiente dessas relações, surge como produto do capitalismo a mais-valia sob duas formas, absoluta e relativa, aprofundando mais as desigualdades e fortalecendo as expressões de resistência. A mais-valia absoluta ocorre quando a jornada de trabalho é alongada sem que o salário aumente e a mais-valia relativa aumenta a produtividade física do trabalho através da mecanização.

A mais-valia absoluta nada mais é que uma configuração que o capitalista se utiliza para incrementar a produção do excedente e, dessa maneira, intensificar o ritmo de trabalho por meio de vários controles impostos aos trabalhadores. Tais controles vão desde a maior vigilância até a determinação do número de movimentos necessários para que a tarefa seja executada plenamente (MARX, 2010). Por outro lado, a mais-valia relativa é o que faz do capitalismo o sistema de produção mais dinâmico de todos os tempos, pois este está em constante transformação de seus métodos de produção.

A acumulação de mercadorias, contudo, não se exprime na distribuição social conforme necessidade, mas na capacidade de transformá-la em dinheiro e, conseqüentemente, em capital (MARX, 2014). O capitalista, ao ser detentor dos meios de produção, investe seu dinheiro na produção de mercadorias que serão “trocadas” (vendidas) por dinheiro acrescido do lucro de forma que este processo vire um circuito ininterrupto: quanto mais ele produz e vende mercadorias, mais dinheiro ele tem para investir em tais vendas. Sobre isso diz Marx (2014):

A circulação de dinheiro como capital [...] tem sua finalidade em si mesma, pois a expansão do valor só existe nesse movimento continuamente renovado. Por isso, o movimento do capital não tem limites. Como representante consciente desse movimento, o possuidor do dinheiro torna-se capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é donde sai e para onde volta o dinheiro (MARX, 2014, p. 183).

Nesse processo dinâmico, tendo o capital sido criado pelo homem, ele só pode existir por meio de sua ação. Desse modo, o capitalista é quem representa os rumos do capital e suas decisões é que vão determinar como este se reproduzirá. Contudo, a mais-valia é a razão de ser do capitalista e este processo torna ilimitado o movimento que circunda o capital. Na tentativa de reprimir a produção da mais-

valia surge o movimento de valorização dos trabalhadores através das leis trabalhistas e da ação dos sindicatos. Mas este acaba esbarrando nas leis econômicas que independem da vontade dos sujeitos e tornam esse fenômeno ininterrupto.

O trabalhador, não sendo detentor dos meios de produção e necessitando consumir mercadorias para sobreviver (alimento, habitação, roupas, entre outros), vende sua força de trabalho ao capitalista de modo a receber em troca o dinheiro na forma de salário. Seu trabalho é controlado pelo capitalista a quem pertence os meios de produção e o capital. Para ter acesso às mercadorias que produziu, no entanto, o trabalhador precisa comprá-las não apenas pelo preço do valor que foi investido na produção delas, mas no valor final que possui dinheiro excedente conforme veremos a seguir.

Ao se converter dinheiro em mercadorias que servem de elementos materiais de novo produto ou de fatores do processo de trabalho e ao se incorporar força de trabalho vivo à materialidade morta desses elementos, transforma-se valor, trabalho pretérito, materializado, morto, em capital, em valor que se amplia, um monstro animado que começa a 'trabalhar', como se tivesse o diabo no corpo (MARX, 2014, p. 228).

Esse processo, mais conhecido como trabalho alienado, para Marx, é a separação do trabalhador do produto de seu trabalho. Diante disso, para o filósofo, o homem perde a si mesmo e o seu trabalho no capitalismo. Para ele, as relações de classe são alienantes porque o trabalhador assalariado precisa barganhar de modo desigual com o empregador (capitalista) que domina a produção e o próprio trabalhador. De acordo com Marx (2014), o trabalho é a mais importante expressão da natureza humana e ao perder o controle dele produz uma ordem social alienada onde vigora a desigualdade, a pobreza, o antagonismo social e a luta de classes.

Ainda nesse cenário, encontra-se a transformação do dinheiro em mercadorias importantes para que ocorra a auto-valorização. É o que Marx (2014) diz ser o capital. Desse modo, os donos dos meios de produção denominam-se capitalistas e aqueles que nada mais possuem, além da sua força de trabalho para vender e subsistir, formam a classe proletária.

De acordo com Marx (2014), é desse modo que, no final do processo produtivo, é obtida uma mercadoria diferente daquela do início e uma vez colocada no mercado retorna à mão do capitalista acrescida da mais-valia. Neste momento,

Marx destaca a contradição presente na vida do trabalhador, onde sua própria força de trabalho é vista como mercadoria, ou seja, a cada dia trabalhado, a cada peça feita em torno do trabalhador assume para o capital o papel de mercadoria, força de trabalho que pode ser substituída ao qualquer momento. Assim sendo, a essência da riqueza do capitalista está na relação direta que existe entre o quanto pode produzir um trabalhador no vigor do chão de fábrica. Sobre isso, afirma Marx (1989b):

O trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria [grifos do autor], e isto na proporção em que produz mercadorias em geral (MARX, 1989b, p. 148).

Portanto, para o autor, quanto mais riquezas o trabalhador produz, mais pobre ele se torna e quanto mais mercadorias cria, mais ele se torna uma mercadoria barata. Quanto a isso, ele assegura que:

Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (MARX, 2008, p. 80)

Esse fato comprova que o trabalhador vê o produto de seu trabalho como algo estranho a si, como algo distante, isto é, o trabalhador não se reconhece naquilo que ele mesmo produz. O trabalho se torna um castigo e não uma forma de realização e prazer. Nessa situação é que Marx interroga sobre o que realmente consiste o trabalho alienado afirmando que:

[...] O trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas, infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho, e fora de si [quando] no trabalho. O seu trabalho

não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio de satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. [...] Finalmente, a externalidade do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro. [...] Pertence a outro e é a perda de si mesmo (MARX, 2008, pp. 82-83).

Assim sendo, o que deveria ser o caminho para a humanização do indivíduo, de aprimoramento de sua capacidade e maneira de transformação da natureza e de si próprio produz um efeito contrário: limita seu potencial criativo, leva ao desgaste físico e emocional e, com isso, aumenta o poder do mundo objetivo, externo ao que ele cria através de seu trabalho, empobrecendo, também, seu mundo interior e afastando cada vez o sujeito dele próprio MARX, (2008, p. 81). Desse modo, o indivíduo perde sua identidade, não se realiza mais enquanto sujeito através de seu trabalho. Transforma-se num autômato, trabalhando apenas para sobreviver.

Prosseguindo em sua reflexão, Marx (2008) indaga se o bem produzido pelo trabalhador não lhe pertence, quem se apropria dele? Segundo ele, o capitalista é quem toma posse desse produto mesmo que não trabalhe para produzi-lo. Eis aí a raiz do trabalho alienado: uma relação desigual entre quem trabalha, mas não possui o que produz e aquele que não trabalha, porém é dono do que é produzido.

Desse modo, a “Questão Social” é intrínseca ao processo de acumulação capitalista e esta se traduz como sendo o conjunto das desigualdades e das lutas sociais. Por isso, é possível dizer que capitalismo produz compulsoriamente a “Questão Social” (NETTO, 2001, p.45).

No entanto, estágios diferentes do capitalismo produzem diferentes manifestações da “questão social”. O capitalismo, enquanto modo de produção, vem constantemente construindo estratégias de acumulação mediante a exploração e alienação do trabalho e das relações de trabalho, o que pauta um modelo de desenvolvimento que impacta diretamente a vida da população. Segundo Pastorini (2004, p. 97), neste processo, destacam-se oito elementos:

- I – Criação de novas formas de trabalho, com grande aumento da terceirização de trabalhadores pela indústria, sob a alegação de levar a maior eficiência econômica, mais organização e proteção ao trabalhador.
- II – Contratação de mão-de-obra objetivando aumentá-la.
- III – Níveis de desemprego provocado a nível mundial.
- IV – Organização dos trabalhadores através de sindicatos e associações.
- V – Negociações coletivas que expressavam a negociação a fim de satisfazer ambas as partes.
- VI – Níveis de pobreza crescente de modo geral.
- VIII – Crescimento das desigualdades sociais como fruto do capitalismo cada vez mais presente em todos os países.
- VIII – Desregulação das condições de trabalho com a expansão do trabalho informal e do subcontrato.

Considerando esses pontos, percebe-se que a autora apresenta um novo contexto diante transformações e da dinâmica ocorridas no mundo do trabalho, as quais apresentam também inovações. Entre elas está o fortalecimento dos sindicatos de categorias e as negociações coletivas que se apresentam como caminhos na tentativa de satisfazer as partes envolvidas no processo produtivo. Contudo, o cenário ainda preserva traços da “velha questão social”, como o crescimento das desigualdades e o crescimento da pobreza, onde quem se ressent mais é o trabalhador.

Desse modo, como frisa Pastorini (2004), a “questão social” vem se modificando, bem como as formas de enfrentá-la. Porém, a sua gênese continua a mesma, apresentando as contradições que são inerentes ao sistema capitalista de produção uma vez que:

As principais manifestações da “questão social” – a pauperização, a exclusão, as desigualdades sociais – são decorrências das contradições inerentes ao sistema capitalista, cujos traços particulares vão depender das características históricas da formação econômica e política de cada país e/ou região. Diferentes estágios capitalistas produzem distintas expressões da “questão social” (PASTORINI, 2004, p. 97).

Portanto, acontece nesta conjuntura uma espécie de rompimento com o “Pacto Keynesiano”³ dando, desse modo, ao capital uma maior liberdade para levar em frente os programas de demissões, precarização dos contratos e condições de

³“Teoria e conjunto de medidas compiladas e defendidas pelo economista inglês John Keynes (1883-1946), que preconiza, entre outras, uma concepção neoliberal da economia, com forte intervenção estatal no controle econômico e na garantia de emprego”._Fonte: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa 2008-2013, Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/keynesianismo>. Acesso em: 21-01-2015.

trabalho e ainda ampliar as subcontratações dos info-proletários⁴. Quanto às mudanças na organização industrial, o evento se traduz como sendo uma concentração crescente de capital em grupos de grande porte e, num movimento contrário, há uma desconcentração da produção em empresas independentes. Pastorini (2004) afirma que todas essas mudanças estão acompanhadas do aumento do desemprego e que este é um problema observado no mundo inteiro.

Ricardo Antunes, na obra “Adeus ao trabalho?” (2002), debate o tema abordando as diversas mudanças sofridas pelo mundo do trabalho na contemporaneidade em função do neoliberalismo. Destaca a exclusão dos mais jovens e dos mais velhos do mundo do trabalho, a expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado e terceirizado. Dessa forma, explica Antunes, aumenta a heterogeneização e fragmentação da classe trabalhadora e, conseqüentemente, a exploração do proletário pelo capitalista, o que resulta em expressão de desigualdade social constitutiva da “Questão social”.

A “questão social”, assim, exprime a desigualdade econômica, política e cultural entre as classes sociais. Também se traduz como resistência, constituindo-se como expressão da luta de classes (Santos, 2012). Para Yamamoto a “questão social” se define como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IYAMAMOTO, 1999, p. 27).

Entende-se, portanto, que a “questão social” por destacar as desigualdades sociais oriundas do capitalismo, exige para modificar esse status vigente a formulação de políticas públicas voltadas para o trabalhador de forma que a riqueza produzida seja, também, repartida o mais igualitariamente possível. Com esse propósito a intervenção do profissional Assistente Social é fundamental, pois através da sua apreensão sobre as expressões de resistência é capaz de estabelecer a ligação entre o indivíduo e quem o representa.

Quanto ao capitalismo brasileiro e as suas particularidades, vamos destacar a “questão social” e qual exatamente o seu lugar na divisão internacional do trabalho

⁴ O infoproletariado, segundo Antunes e Braga (2009) é um termo para designar todo o grupo dos trabalhadores que experimentam a alienação do trabalho informacional.

capitalista. Isto nos lembra da condição periférica do sistema capitalista brasileiro de acordo com Santos (2012), Silva (2013) e Yamamoto (2008). Tal condição é determinada especialmente pelo aprofundamento do imperialismo e de seu estágio monopolista. Este comportamento do capitalismo mundial é de grande importância para a estruturação da “gama” de alternativas disponíveis ao capitalismo brasileiro que se apresenta de forma tardia.

Deve-se salientar o quanto esse contexto é importante para determinar as relações entre trabalho e capital no país, os processos de uma modernização conservadora, uma revolução passiva e ainda uma intervenção do Estado. Dessa maneira, é possível compreender que essas relações são proporcionadas desde sua gênese a uma configuração particular, não clássica. Assim, faz toda a diferença pensar a “questão social” através da categoria formação social (SANTOS, 2012). Dessa forma, as características do modo de produção capitalista apresentam-se de uma maneira que é historicamente determinada.

É possível considerar, nessa discussão, os elementos da formação social brasileira, os quais remetem a uma composição ideopolítica e cultural das suas classes sociais. É necessário levar em conta o sistema político nacional que caracteriza as particularidades da inclusão periférica do capitalismo brasileiro entre tantas outras que também são periféricas. Destaca-se ainda a rapidez dos processos de industrialização e urbanização, numa sociedade onde havia um sistema arcaico nas relações sociais e ainda muito marcado por um passado colonial-escravista.

No momento histórico ao qual se refere, o Brasil tinha a maioria da população vivendo nas zonas rurais e, mesmo assim, num primeiro momento na formação desse mercado de trabalho era observada uma considerável abundância de mão-de-obra.

No Brasil, a ausência de boas condições de vida do trabalhador e a sua exploração enquanto mão-de-obra barata constitui-se expressões da “questão social”. Desse modo, o debate em torno do tema se expressa através das desigualdades que se fizeram presentes no país a partir de então e da ruptura com os velhos paradigmas que viam nas lutas pelos direitos e condições dignas de vida para o trabalhador apenas um espaço de rebeldia e não um direito de reivindicar melhores condições de trabalho.

É nesse ambiente que surge a mediação como instrumento teórico-metodológico da prática, no sentido de apreender as expressões de resistência e contribuir para o processo de ruptura como assistencialismo, partindo para um projeto pedagógico do Serviço Social na prática institucional. A mediação torna-se uma categoria que oferece direcionamento e qualidade à prática por ser baseada na dialética marxista oriunda de procedimento dinâmico nascido da interação entre os indivíduos e entre instituições nas quais os usuários são comprometidos com a construção de sua própria história.

Cabe, nesse momento, a intervenção do Assistente Social para facilitar esse direcionamento que leva a caminhos alternativos. Num mundo em que o capitalismo extrai do sujeito sua identidade através da exploração de seu único bem, a sua força de trabalho, mediar significa poder intervir de maneira eficaz no sentido de transformar tal perspectiva.

Nesse sentido, é que se pode interrogar como é possível o Assistente Social se tornar um mediador e reconstruir seu espaço de intervenção? Sobre esse aspecto, Pontes (1997) afirma que para que isso ocorra é imprescindível arrojarse no conhecimento das mediações que constituem o espaço de intervenção profissional, pois os profissionais Assistentes Sociais de uma maneira ou de outra estarão sempre envolvidos em mediações, porque as mediações são parte de suas intervenções.

2.2 AS EXPRESSÕES DE RESISTÊNCIAS DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

A discussão sobre os processos de resistência constitutivas da “questão social” acumuladas pelo Serviço Social no Brasil tem seu início na década de 1990. Nessa época, as vanguardas da profissão se encontravam vinculadas ao projeto de “intenção de ruptura” (SILVA, 2013) e, assim, exerceram um papel fundamental para a construção do que ficou conhecido entre os profissionais assistentes sociais como “Projeto Ético-Político Profissional”. Nesse sentido, cabe destacar que:

Os projetos profissionais não devem ser confundidos com projetos individuais (embora suponham e busquem adesões de indivíduos)⁵, muito menos podem ser identificados com projetos societários de maior envergadura e amplitude (SILVA, 2013, p. 184).

⁵ Grifo nosso.

Assim, o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social possui uma orientação social e estratégica que, do ponto de vista jurídico está centrado em três pilares: a Lei de regulamentação da Profissão (1993), Código de Ética profissional (1993) e as Diretrizes Curriculares (1996) que foram amplamente discutidas e aprovadas pelo MEC, na segunda metade dos anos de 1990. Tal projeto profissional nomeia a *liberdade* com sendo valor central (SILVA, 2013), de tal modo concedendo aos sujeitos possibilidades de escolha entre alternativas reais-concretas. O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social firma um compromisso com a autonomia, com a emancipação e com o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais. Até o presente momento, as observações feitas aqui demonstraram várias dificuldades para que seja possível consolidar o referido projeto profissional. É importante, no entanto, deixar claro que a profissão não é partido político e que tratá-la de tal forma é um grande engano segundo Silva (2013).

Na segunda metade dos anos de 1990, havia uma maior estruturação do Projeto Ético-Político Profissional. Tem-se, nesse instante, maior acirramento dos limites e problemas em algo que é tido como sendo um dos principais pilares da profissão, a *formação profissional* que era expressa nas diretrizes curriculares aprovadas nacionalmente (SILVA, 2013).

Este episódio se deve ao aprofundamento do paradigma monopolista-flexível que se instaurava no Brasil. Logo, dessa maneira, impactando fortemente a materialidade do Serviço Social ao qual foram impostas mudanças na sua condição e formas de organização enquanto classe trabalhadora e mudanças no mercado de trabalho da própria profissão.

Nesse contexto, diz lamamoto (2008), ocorreu um processo de transformação do trabalho do Assistente Social em função das mudanças ocorridas no Brasil devido às lutas pela redemocratização da sociedade e do Estado. Depois das lutas operárias, dos debates e esforços pela elaboração e aprovação da Constituição Federal de 1988, da defesa do Estado de Direito, a profissão do Assistente Social sofreu modificações, conforme afirma a mesma autora:

O Serviço Social não ficou a reboque desses acontecimentos, impulsionando um processo de ruptura com o tradicionalismo profissional e seu ideário conservador. Tal processo condiciona, fundamentalmente, o horizonte de preocupações emergentes no âmbito do Serviço Social,

exigindo novas respostas profissionais, o que derivou em significativas alterações nos campos do ensino, da pesquisa, da regulamentação da profissão e da organização político - corporativa dos assistentes sociais.” (IAMAMOTO, 2010, pag., 32)

Nesse cenário, o Serviço Social para dar conta da direção social empreendida pelo Projeto Ético-Político utiliza-se do legado construído na perspectiva da “intenção de ruptura” (SILVA, 2013), sem, no entanto, abandonar o conservadorismo e o reformismo que marcam a sua gênese. Dessa forma, a tradição do marxismo é de suma importância para a crítica do Serviço Social de sua gênese até os dias atuais. Desse modo, é necessário compreender o Serviço Social como sendo uma profissão que, como qualquer outra vem sendo construída na história e em conjunto com uma historicidade que é socialmente determinada e assim cumprindo funções na divisão internacional do trabalho que são determinadas pela ordem burguesa. A esse respeito, afirma Sposati (1992, p. 7):

“Todavia, o Serviço Social não possui demandas que não sejam decorrentes do próprio modelo de regulação social dominante em uma dada sociedade capitalista, até porque o assistente social é um profissional assalariado cuja inserção no mercado de trabalho decorre do modelo de financiamento de respostas, atenções às exigências sociais.

O Serviço Social ao mesmo tempo que está envolto com as determinações do sistema capitalista, procura cumprir com os princípios que advoga a partir do projeto ético-profissional. Essa dualidade, contudo, não o exime de seus objetivos conferindo-lhe credibilidade e consistência quanto aos princípios contidos no projeto e em relação aos direitos reivindicados.

2.2.1 A liberdade como valor central do Serviço Social

Após uma breve passagem pela historicidade do Serviço Social enquanto profissão norteada por um Projeto Ético-Político Profissional, é eleita a *liberdade* como sendo o seu valor central. Porém, na segunda metade do período em que vigorou o regime ditatorial, durante anos sob um estado de repressão, vários sujeitos

participavam das lutas sociais. Muitos morreram ou foram torturados em prol da defesa da *liberdade*.

Nesse sentido, o Serviço Social vem a contribuir para o movimento de ruptura da invisibilidade e anonimato das pessoas que vivem as múltiplas faces da desigualdade e de opressão. Também, colabora para o registro da memória e denúncia às gerações que não vivenciaram o terror e a profunda violação de direitos humanos instituídos no período da ditadura. O assistente social apropria-se teoricamente do Projeto Ético-Político Profissional e isto reflete na apropriação da contradição e na ocupação os espaços de resistência. É por meio disso que o assistente social irá executar seu processo de trabalho, na perspectiva de enfrentamento às desigualdades sociais.

A profissão, atualmente, encontra-se com os seus fundamentos maturados em função das transformações sociais. Isso fica expresso na ruptura com o conservadorismo da profissão, mas não significa que tal conservadorismo tenha sido superado no interior da categoria profissional. O Serviço Social enquanto profissão proporciona a visibilidade ao que se encontra invisível, ou seja, tudo aquilo que ninguém queria ou quer ver. Dessa forma, o Serviço Social trabalha na ótica dos direitos dos sujeitos, ocupando, assim, os espaços de resistência, segundo Türck (2010). Dessa maneira, o profissional age para tornar perceptíveis os movimentos da estrutura centrada na relação K x T (capital versus trabalho). Cabe assim, ao Serviço Social denunciar as diferentes formas de violação de direitos que são apresentados no seu cotidiano de trabalho por meio dos sujeitos que procuram o atendimento dele.

Isto se materializa, entre outras expressões, por meio da dependência química e da violência intrafamiliar. O assistente social deve, desta maneira, transitar entre o macro e o micro e compreender que a “questão social” proporciona a ele um entendimento dos espaços de resistência, ou seja, o lugar que cabe aos assistentes sociais na defesa dos direitos dos sujeitos. Nesse sentido, Yamamoto (2012, p.28) afirma que a “questão social”, é também rebeldia pelo motivo de que há um envolvimento dos sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela se contrapõem e resistem. A autora continua sua observação apontando que é na tensão entre a desigualdade produzida e a rebeldia igualmente produzida e da resistência, que os assistentes sociais devem trabalhar motivados por diferentes interesses sociais, dos projetos coletivos e ético-políticos profissionais do Assistente Social.

Sobre esse tema, é necessário compreender as mediações diferentes que expressam a “questão social”. Este fato é de extrema importância para que, desta forma, o Assistente Social possa apreender as diversas expressões que adotam, na atualidade, as desigualdades sociais. A partir daí, o Assistente Social projeta e forja estratégias e ações de *resistência*. Tais formas de resistência já estão presentes, muitas vezes na forma parcialmente oculta, nos segmentos majoritários⁶ da sociedade que necessita do trabalho para sobreviver.

É esta conjuntura que dá bases para que o presente trabalho seja escrito. Como visto anteriormente, trata-se de um espaço rico de oportunidades para que os assistentes sociais possam intervir, mas que não o fazem por falta de “motivo” aparente.

Dessa forma, torna-se imprescindível trazer para discussão as diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), uma vez que é a partir delas que o profissional Assistente Social adquire conhecimentos teóricos para embasar a formação e exercício profissional. Quanto a isso, a instituição determina que o perfil do profissional Assistente Social lhe confira condições para atuar frente às expressões da “questão social”, trabalhando para o enfrentamento da mesma. Para isso deve usar das políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Para tanto, a referida associação estabelece que a formação profissional necessita proporcionar uma capacitação teórico-metodológica e ético-político fundamental para que o profissional possa exercer suas atividades técnico-operativas e para que isso ocorra a ABEPSS (1999), apresenta os seguintes princípios da formação profissional:

Flexibilidade e dinamicidade dos currículos plenos expressa na organização de disciplinas e outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares; rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social; adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade; presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional; indissociabilidade das dimensões de

⁶ Segundo o dicionário UNESP do Português Contemporâneo, 2011, p. 869, majoritário é relativo à maioria. Como estamos falando da classe trabalhadora, esta é o segmento majoritário (reflexão do autor).

ensino, pesquisa e extensão; exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais; compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional e necessária indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio. (ABEPSS, 1999, pág. 2-3).

A partir desses pontos, o profissional Assistente social pode vislumbrar com mais clareza a realidade de atuação tendo, por isso maiores condições de compreender a “questão social”, seu objeto de trabalho, bem como apreender as expressões de resistência. Diante disso, sua intervenção será mais eficaz.

3 TRABALHO, SERVIÇO SOCIAL E ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS

Neste item, trataremos sobre o trabalho como categoria ontológica para o Homem⁷. Discutiremos também sobre o trabalho do assistente social e como este se insere na divisão sócio-técnica do trabalho. Refletiremos, ainda sobre os espaços sócio-ocupacionais e suas potencialidades para a apreensão das expressões de resistência.

3.1 OS SIGNIFICADOS DA CATEGORIA TRABALHO

No sentido etimológico, o trabalho deriva do latim *tripalium*, que era um instrumento onde os agricultores batiam o trigo, as espigas de milho. No entanto, alguns dicionários o descrevem como sendo um instrumento romano de tortura. É desta palavra que deriva o verbo *tripaliare*, que significa torturar alguém no *tripalium*. Ainda sobre o seu significado etimológico podemos dizer que o trabalho pode ser entendido como uma forma de tortura (BONZATTO, 2014, p.3).

O Dicionário UNESP do Português Contemporâneo, define trabalho como sendo a aplicação da atividade física ou intelectual. É a ação humana aplicada à produção da riqueza (BORBA, 2011, p. 1226). Riqueza que, segundo Marx (2014), seria onde a produção capitalista apresenta-se em “imensa acumulação de mercadorias”⁸. A mercadoria isolada é considerada a forma elementar dessa riqueza. Porém, é o trabalho que torna possível a produção de bens, criando, assim, os valores que constituem a riqueza social. A riqueza social é o que garante a satisfação humana, sem a qual a própria sociedade não pode se manter e se reproduzir. Nesse sentido, segundo Marx (2014, p. 53):

A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, o objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção.

⁷ Trataremos no decorrer do texto Homem como sendo a humanidade o conjunto de homens e mulheres e homem como sendo o sujeito do gênero masculino.

⁸ Grifos de Marx.

Dessa forma, a mercadoria – conforme visto no capítulo anterior – é o fato que torna possível à humanidade a satisfação de seus desejos/necessidades, o que constitui sua utilidade e deve ser considerada sob dois aspectos: a qualidade e quantidade de acordo com Marx (2014). Assim sendo, cada objeto constitui um conjunto de inúmeras propriedades e podem ser úteis de diferentes formas. Para ele, a utilidade de cada um desses objetos é que faz com eles tenham um valor de uso.

O autor considera que o valor de uso é parte que representa o conteúdo material da riqueza, independente da sua forma social. Marx (2014) afirma que valor de uso só se realiza com a utilização ou o consumo. Desse modo, é o trabalho que torna possível a produção de bens, criando, portanto, os valores que compõem a riqueza social e a riqueza material garantindo a satisfação sem a qual a própria sociedade não pode se manter e se reproduzir. O conceito de valor de uso fica claro na fala de Marx (2014, p. 58) onde este diz que:

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não é algo aéreo. Determinada pelas propriedades materialmente inerentes à mercadoria, só existe através delas. A própria mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é, por isso, um bem. Esse caráter da mercadoria não depende da quantidade de trabalho empregado para obter suas qualidades úteis. Ao se considerarem valores de uso, sempre se pressupõem quantidades definidas, como uma dúzia de relógios, um metro de linho, uma tonelada de ferro etc. (MARX, 2014, p. 58)

Por conseguinte, o valor de uso de uma terminada mercadoria é determinado por suas propriedades que são materialmente inerentes à mercadoria. Conforme nos traz Marx (2014), a mercadoria só existe por meio dessas propriedades. A mercadoria possui, desse modo, um caráter que não depende da sua quantidade de trabalho empregado para assim conseguir suas qualidades.

As atividades transformam as matérias naturais em produtos que vão a atender as necessidades do Homem. Estas transformações são realizadas por meio da atividade denominada *trabalho*. Dessa maneira, Marx apud Ferreira⁹ (2012, p 9) diz que trabalho é:

O trabalho é a atividade vital oriunda do dispêndio de energia física e mental, que visa à produção de bens e serviços, contribuindo para a reprodução da vida humana e societal. É um processo no qual participam o

⁹ FERREIRA, José Wesley. **Sociologia do trabalho**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. Disponível em <http://bibliodigital.unijui.edu.br>, acesso em 20 jan 2015.

homem e o meio físico, em que o ser social controla e regula seu intercâmbio com a natureza, atuando sobre ela, transformando-a e modificando a si próprio.

Como podemos observar no trecho anteriormente citado, Marx entende que trabalho é toda a atividade que provem do dispêndio da energia física ou mental, que tenha como resultante a produção de bens e serviços e que venham a contribuir para a reprodução da vida humana e societal. Este é entendido como sendo um processo no qual o Homem, junto com o meio físico, controla e regula a sua interação com a natureza. Dessa maneira, o Homem atua sobre a natureza, modificando e transformando a ele próprio.

Portanto, podemos entender trabalho como sendo atividades que são realizadas por indivíduos com a finalidade de atingir metas, objetivos. O trabalho pode ser entendido também como atividade humana. Está presente nas diferentes áreas de atuação como a economia, a física e na filosofia. É por meio do trabalho que homem satisfaz suas necessidades que são historicamente determinadas, segundo Marx (1980, 202) em função de sua necessidade de transformar a natureza para sua sobrevivência.

Pelo trabalho, o indivíduo demonstra seus potenciais criativos e suas habilidades. Assim sendo, ao trabalhar o homem se aprimora, aprende a se relacionar e a viver em sociedade.

Entendemos que as atividades que venham a atender as necessidades para a sobrevivência são, em sua maioria, generalizadas entre as espécies animais. Contudo, essas atividades se realizam por meio de uma herança genética.

O que costumamos chamar de trabalho pode ser entendido como sendo algo substantivamente diverso das demais atividades. Conforme foi se estruturando e se desenvolvendo no decorrer da história, o trabalho rompe com o que temos como sendo um padrão natural dessas atividades. Sobre isso, Netto e Braz (2012), no livro “Economia Política”, dividem o trabalho em três momentos. São eles:

Em primeiro lugar, porque o trabalho não se opera com uma atuação imediata sobre a matéria natural; diferentemente, ele exige instrumentos que, no seu desenvolvimento, vão cada vez mais se interpondo entre aqueles que o executam e a matéria;

Em segundo lugar, porque o trabalho não se realiza cumprindo determinações genéticas; bem ao contrário, passa a exigir habilidade e conhecimentos que se adquirem inicialmente por repetições e experimentações e que se transmitem mediante aprendizado;

Em terceiro lugar, porque o trabalho não atende a um elenco limitado e praticamente invariável de necessidades, nem as satisfaz sob formas fixas; se é verdade que há um conjunto de necessidades que sempre deve ser atendido (alimentação, proteção contra intempereis, reprodução biológica etc.), as formas desse atendimento variam muitíssimo e, sobretudo, implicam o desenvolvimento, quase sem limites, novas necessidades. (NETTO E BRAZ, 2012, p. 42 e 43)

Contudo, rompimentos ainda ocorreram levando a mudanças em função das transformações do trabalho. Em primeiro lugar, o trabalho não se opera com a sua atuação imediata sobre a matéria natural, ele exige instrumentos para que assim possa interagir com a matéria natural, tais instrumentos vão à medida que se desenvolvem introduzindo entre o que executa e a natureza.

Em segundo lugar, o trabalho não se realiza no cumprimento das determinações genéticas. Ao contrário, ele passa a cobrar habilidades e conhecimentos que são alcançados primeiramente através da repetição e a experimentação que só são transmitidos por meio da aprendizagem.

Em terceiro lugar, o trabalho não vem num sentido de atender a uma lista limitada e praticamente invariável de necessidades e tão pouco satisfazê-las sob configurações fixas. É verdade que existe um conjunto de necessidades que devem sempre ser atendidas, por exemplo, a alimentação, as maneiras como essas necessidades serão atendidas variam muito e implicam o desenvolvimento sem limites de novas necessidades.

Nesse sentido, existem algumas diferenças entre as atividades naturais e o trabalho que é explícita por uma relação mediada, entre o sujeito (quem executa), e o seu objeto (as mais diversas formas da natureza, seja ela orgânica ou inorgânica), Netto e Braz (2012), exemplificam:

Seja um machado de pedra lascada ou perfuradora de poços de petróleo com comando eletrônico, entre o sujeito e a matéria natural há sempre um meio de trabalho, um *instrumento* (ou um conjunto de instrumentos) que torna mediada a relação entre ambos. E a natureza não cria instrumentos: estes são produtos, mais ou menos elaborados, do próprio sujeito que trabalha. (NETTO E BRAZ. 2012, p. 44)

Dessa forma, conforme a citação anterior pode-se entender que a criação de instrumentos para o trabalho, ainda que nos planos mais elementares da história da humanidade, posiciona para com o sujeito do trabalho o problema dos meios e dos fins. Dando continuidade ao assunto, o fim ou finalidade, pode ser entendido como a

antecipação das representações do sujeito. Isso significa que ele idealiza mentalmente no seu cérebro, quer dizer, antes que o sujeito efetive atividade do trabalho ele já tem em mente o resultado da sua ação. Não se faz necessário que saibamos em que momento o fim que será alcançado corresponderá à idealização do sujeito. O que deve ser destacado aqui é que sua atividade surge por meio de uma finalidade que é idealizada previamente, Netto e Braz fazem a seguinte afirmação:

[...] é importante ressaltar que o trabalho é uma atividade projetada, teleologicamente direcionada, ou seja: conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito. Entretanto, se essa prefiguração (ou, no dizer de Lukács, essa prévia ideação) é indispensável à efetivação do trabalho, ela em absoluto o realiza: a realização do trabalho só se dá quando essa prefiguração ideal se **objetiva**, isto é, quando a matéria natural, pela **ação material** do sujeito, é **transformada**. O trabalho implica, pois, movimento indissociável em dois planos: num plano subjetivo (pois a prefiguração se processa no âmbito do sujeito) e num plano objetivo (que resulta na transformação material da natureza); assim, a realização do trabalho constitui uma **objetivação** do sujeito que o efetua. (NETTO e BRAZ, 2012, p. 44)

Assim, dessa forma, ao construir instrumentos ou produtos, como a feitura de um machado ou até mesmo a construção de um instrumento mais complexo, é necessário que o sujeito tenha bem claro os atributos da natureza. Pode-se dizer dessa maneira que não basta apenas o sujeito idealizar o fim da atividade para que assim seja realizado o trabalho, se faz necessário que o mesmo idealize também as condições objetivas em que ele atua, e assim passe aos demais essas representações. Conforme Netto e Braz:

Não basta prefigurar idealmente o fim da atividade para que o sujeito realize o trabalho; é preciso que ele reproduza, também idealmente, as condições objetivas em que atua (a dureza da pedra etc.) e possa transmitir a outrem essas representações. Estas, a pouco e pouco, tendem a se desprender da experiência empírica imediata. (NETTO e BRAZ, 2012, p. 45)

Conseqüentemente, não basta ao sujeito prefigurar idealmente o resultado de sua atividade para que assim este realize o trabalho. É necessário que ele repita de forma ideal as condições objetivas onde ele atua. Nesse sentido, faz-se necessário ter um sistema de comunicação que não provêm de códigos genéticos, que relaciona-se com fenômenos que surgem no campo do sujeito que trabalha. Vale dizer que o trabalho necessita e cria meios para a construção de linguagem, que é

aprendida e é condição para o aprendizado, é desse modo que o sujeito expressa suas representações no mundo que o cerca. Conforme Netto e Braz:

Ora, tudo isso requer um sistema de comunicação que não deriva de códigos genéticos, uma vez que se relaciona a fenômenos que não se configuram como processos naturais, mas a fenômenos sugeridos no âmbito do ser que trabalha – por isso, o trabalho requer e propicia a constituição de um tipo de linguagem (a linguagem articulada) que, além de aprendida, é condição para o aprendizado. Através da linguagem articulada, o sujeito do trabalho expressa as representações sobre o mundo que o cerca. (NETTO e BRAZ, 2012, p. 45).

Portanto, a comunicação é de grande importância levando-se em conta que o trabalho nunca é um processo capaz de surgir, desenvolver-se ou de se realizar em qualquer tempo como sendo uma atividade isolada de um ou mais membros da espécie humana. Assim sendo, temos o trabalho como atividade essencialmente coletiva, onde o sujeito nunca é alguém isolado, mas que acaba por inserir-se num conjunto de outros sujeitos. Isso tudo só é possível através da comunicação que é proporcionada pela linguagem. O caráter coletivo do trabalho é substantivamente o que será denominado de social.

Desse modo, o trabalho não apenas transforma a matéria natural por meio da ação dos sujeitos. Conforme Netto e Braz (2012), essa interação pode ser entendida como metabolismo entre a natureza e a sociedade. Assim sendo, o trabalho implica também que a relação sociedade/natureza necessita de uma melhor interação com o marco da própria sociedade, com os sujeitos e a sua organização. É por meio do trabalho que o sujeito transforma a natureza e modifica também o sujeito. É através do trabalho que grupos de Homens primitivos, dando origem, segundo Netto e Braz (2012), a um novo tipo de ser diferente do natural, o ser social.

A esse respeito Netto e Braz (2012) dizem que o ser social é composto pelas seguintes determinações: 1) realizar atividades teleologicamente orientadas; 2) objetivar-se materialmente e idealmente; 3) comunicar-se expressar-se pela linguagem articulada; 4) tratar suas atividades e a si mesmo de modo reflexivo, consciente e inconsciente; 5) escolher entre alternativas concretas; 6) universalizar-se e 7) socializar-se. Dessa forma, o indivíduo insere-se em seu meio, passa a interagir com ele, sofrendo suas influências e influenciando nele. Quanto a esses elementos Netto e Braz (2012) afirmam que:

O ser social é a síntese dessas determinações estruturais. Só ele é capaz de agir teleologicamente, só ele se propõe finalidades e antecipa metas – em suma, só ele dispõe da capacidade de projetar. Só ele cria produtos e artefatos, representações e símbolos que ganham objetividade na medida em que concretizam projetos e, assim, têm uma existência que transcende a(s) existência(s) singular(es) do(s) seu(s) criador(es). Todas essas atividades só são possíveis com o concurso da linguagem articulada, que comunica e reflexão operadas pelo pensamento e constitutivas de consciência; a linguagem articulada tanto exterioriza o pensamento quanto o viabiliza – pela consciência, o ser social toma a sua atividade e se toma a si mesmo como objeto de reflexão; através dela, o ser social conhece a natureza e se conhece a si mesmo. Na sua ação e na sua atuação, o ser social sempre encontra alternativas e sempre pode escolher – e a escolha entre alternativas concretas configura o exercício da liberdade: ser livre é poder escolher entre elas; o ser social é um ser capaz de liberdade. Pensar, conhecer, projetar, objetivar-se, escolher – tudo isso supõe capacidade de se desprender do dado imediato, das singularidades dos fenômenos: supõe a capacidade de universalizar. E, enfim para reproduzir-se como tal, ampliar-se e enriquecer-se – o que não pode fazer através de mecanismos meramente genéticos ou biológicos –, o ser social dispõe da capacidade de sociabilização, isto é, ele é passível de apropriação de desenvolvimento por parte dos membros da sociedade no interior da própria sociedade, através, fundamentalmente, dos processos de interação social, especialmente os educativos (formais e informais) (NETTO e BRAZ, 2012, p. 53 e 54).

Deste modo, é caracterizado e estruturado o ser social que não possui qualquer paridade com o ser natural – inorgânico e/ ou orgânico – que só pode ser identificado como o ser do Homem que tem sua existência atrelada com a sociedade. Igualmente, afirma-se que o ser social não se apresenta como uma forma eterna e atemporal, a-histórica, mas apresenta-se como sendo uma estrutura resultante do auto-atividade dos Homens e permanece aberta a novas possibilidades. Porém, é sim, uma estrutura histórica, pois apresenta aptidões para a sua reconfiguração e tende a se enriquecer no curso da história.

De acordo com Barros (2012), alienação significa cessão de bens, transferência de domínio de algo ou ainda perturbação mental com anulação da personalidade individual, loucura. A partir desse contexto, é possível definir o que é alienação e compreender por que ela ocorre no universo humano.

Nesse sentido, a alienação por ser entendida como a diminuição da capacidade do sujeito de pensar e agir por si mesmo, torna-se, dessa maneira, objeto de estudo, servindo por seu significado como parâmetro de comparação com outras áreas dentro da economia e da política. Assim, um indivíduo politicamente alienado pode ser entendido como alguém com pouca capacidade de crítica, opinião e decisões a partir de sua própria consciência.

Trazendo esse ponto de vista para a questão do trabalho, percebe-se que a alienação, segundo Barros (2011), aplica-se a relação entre sujeito, objeto e condições concretas específicas, ou seja, o Homem evoluiu historicamente em função de seu trabalho e da sua capacidade de encontrar soluções para seus problemas através dele. Levando-se em conta esse princípio, diz Barros (2012) que a alienação no trabalho origina-se na sociedade devido à mercadoria que é produzida pelos trabalhadores explorados e pelo lucro que nada mais é do que a exploração do trabalhador para que produza mais e mais mercadorias.

esse processo alienante, afirma Barros (2011) as mercadorias são produzidas e vendidas por um preço maior do que o que é investido no trabalhador provocando a separação do homem do produto de seu trabalho.

Sobre isso, Mézaros (1981, p. 76) diz que “a atividade produtiva é, portanto, a fonte da consciência e a “consciência alienada” é o reflexo da atividade alienada ou da alienação da atividade, isto é, da auto-alienação do trabalho”.

Na obra *Manuscritos econômicos-filosóficos* (1983), Karl Marx se utilizou do termo alienação para descrever a separação do operário com o produto de seu trabalho. Diante disso, para o filósofo, o homem perdia a si mesmo e o seu trabalho no capitalismo. Isso fica claro na seguinte afirmação de Marx (2004, p.81):

Quanto mais, portanto, o trabalhador se apropria do mundo externo, da natureza sensível, por meio do seu trabalho, tanto mais ele se priva dos meios de vida segundo um duplo sentido: primeiro, que sempre mais o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um meio de vida do seu trabalho; segundo, que [o mundo exterior sensível] cessa, cada vez mais, de ser meio de vida no sentido imediato, meio para a subsistência física do trabalhador.

Para Marx (1983), as relações de classe eram alienantes uma vez que o trabalhador assalariado precisava barganhar de modo desigual com o empregador (capitalista) que dominava a produção e o trabalhador. De acordo com este filósofo, o trabalho era a mais importante expressão da natureza humana e ao perder o controle dele produzia uma ordem social alienada onde vigorava a desigualdade, a pobreza, o antagonismo social e a luta de classes.

Já Ricardo Antunes (2000, p. 31), percebe a alienação do trabalho sob três aspectos. Primeiro, em função da maior inserção da mulher no mercado de trabalho. Com isso, ela deixa de somente assumir as tarefas do lar e nas indústrias têxteis

para se inserir em outras áreas de trabalho. Em segundo lugar, a alienação do trabalho trouxe o aumento do trabalho informal e parcial, fazendo crescer a precarização das condições de trabalho e, finalmente, amplia-se o trabalho morto e se reduz o trabalho vivo¹⁰. Diante desse contexto, o Homem deixa de pertencer a uma classe que trabalha para viver e passa a pertencer a uma classe que vive para trabalhar. Concluindo, é necessário articular trabalho, Serviço Social e espaços sócio-ocupacionais.

3.2 ASSISTENTE SOCIAL E ESPAÇOS SOCIO-OCUPACIONAIS

O trabalho do assistente social na sociedade em que vivemos torna-se uma especialização do trabalho. Conforme traz lamamoto (2012), seu trabalho acaba por se inserir na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade. Tal afirmação não é sem consequência. As mudanças pelas quais a sociedade vem passando terminam por alterar a divisão do trabalho na sociedade, como também alteram a divisão técnica do trabalho dentro das estruturas produtivas. Como podemos perceber na referência de Silva (2013, p. 222):

É preciso reconhecer que essa profissão, como todas as demais, vem sendo tecida na história e sob uma dada historicidade, portanto, socialmente determinada cumprindo funções na divisão internacional do trabalho, determinada pela ordem burguesa monopólica em suas diferentes faces, como trabalho combinado, em seus diversos padrões de acumulação¹¹.

Conforme se refere o autor, torna-se necessário que reconheçamos o Serviço Social, como uma profissão que vem construindo-se no curso da história da sociedade e dessa maneira vem cumprindo as suas funções na divisão social do trabalho. E dessa forma, ainda sobre o que diz Silva (2013), lamamoto (2012, p. 22-23), afirma:

A abordagem do Serviço Social como trabalho supõe apreender a chamada “prática profissional” profundamente condicionada pelas relações entre o

¹⁰ Marx define como trabalho vivo “a força criadora de valor” que se materializa no objeto criado e este objeto como produto do trabalho vivo é o trabalho morto (MARX, 1999, p. 357).

¹¹ Grifo nosso.

Estado e a Sociedade Civil ou seja, pelas relações entre as classes na sociedade, rompendo com endogenia no Serviço Social. Por exemplo, aceita-se como senso comum, que a profissionalização do Serviço Social surge de uma tecnificação da filantropia.

Dessa maneira, pode-se dizer que o Serviço Social torna-se profissão quando se atribui a ele uma base técnico-científica para as atividades de ajuda à filantropia. Isso significa como nos diz Iamamoto (2012), que esta é uma visão de dentro e por dentro das fronteiras do Serviço Social, dando a entender que este é consequência da evolução interna e autônoma das formas de proteção e apoio social. A institucionalização do Serviço Social como sendo profissão na sociedade, necessita de uma forte ação do Estado no que diz respeito à regulação da vida social, como por exemplo, quando o Estado começa a administrar e gerir os conflitos de classe.

O profissional Assistente Social, como trabalhador, insere-se no processo de compra e venda da força de trabalho especializado na troca de um salário. Isso faz com que esse profissional ingresse no mundo da mercantilização, no universo do valor. É dessa forma que o Serviço Social começa a constituir-se enquanto parte do trabalho social produzido pela sociedade e, assim, fazendo parte da criação e prestação de serviço que venham a atender as necessidades sociais.

Os espaços sócio-ocupacionais onde estão inseridos os Assistentes Sociais caracterizam estes profissionais como um trabalhador assalariado, com um projeto profissional próprio embasado em processos históricos alicerçados sobre valores radicalmente humanos. Dessa forma, abordaremos neste momento, algumas das categorias históricas e de forças sociais que possam esclarecer melhor as modificações que ocorrem no seu ambiente de trabalho na contemporaneidade.

Inicialmente, torna-se importante destacar alguns atributos do Serviço Social segundo Iamamoto e Carvalho (2011). Conforme esses autores, trata-se de uma profissão liberal, caracterizada pela relação estabelecida através do contato direto com o usuário, possibilitando diferentes formas de intervenção e de reorientação do exercício profissional, de acordo com as funções determinadas pela instituição de atuação. Afirmam, ainda, os autores que o Serviço Social é marcado pela “indefinição e fluidez”, fato que permite ao Assistente Social ampliar seus espaços e atuar com autonomia, o que faz com que o profissional consciente tenha uma visão desenvolvida do ambiente onde exerce suas funções.

Dados levantados pelo Conselho Federal de Serviço Social em 2004 (CFESS, 2005) mostram que, no Brasil, que 78,16% dos profissionais da área exercem suas funções em instituições públicas estatais. Entre estas, 40% são municipais; 24%, estaduais e 13% são federais, sendo que desse total 55,68% estão no regime estatutário de trabalho e 27,24%, como contratados pela CLT; em regime temporário, em torno de 9,5% e prestadores de serviços, 5,84%. Diante disso, percebe-se que a maioria dos Assistentes Sociais brasileiros está no serviço público, atuando na elaboração e execução de políticas públicas com destaque para as áreas sociais como saúde, assistência social, educação e habitação. Através desses dados, apreende-se que o setor público historicamente é o maior empregador de Assistentes Sociais, com destaque para a área da assistência e saúde (IAMAMOTO, 1999).

Ainda de acordo com esses dados, 13,19% dos empregos dos Assistentes Sociais são oriundos das empresas privadas e 6,81% do Terceiro Setor, ou seja, das Organizações Não-Governamentais (ONGs), Associações e Cooperativas. O relatório gerado com esses dados destaca também que a maioria dos Assistentes Sociais, em torno de 77%, tem apenas um vínculo empregatício e que cerca de 12% não estão inseridos no mercado de trabalho como Assistentes Sociais.

Prosseguindo com a análise dos referidos dados, nota-se que a jornada de trabalho de cerca de 50% dos Assistentes Sociais é de 40 horas semanais. Quanto à qualificação dos profissionais, 55% deles possuem graduação; 32% tem titulação especial; 6,49%; cerca de 1%, doutorado e menos de 1%, pós-doutorado.

No que se refere à atuação, o relatório revela que 35% dos profissionais estão na assistência, 25% trabalham com crianças e adolescentes; na saúde, 16%; com idosos, 7%; direitos humanos, mulher e portadores de deficiência, cerca de 12%.

Esse contexto permite entender as relações do profissional Assistente Social no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, diante desses dados pode-se conhecer as particularidades e as relações dele com seu meio, bem como a sua visibilidade dentro do Serviço Social no Brasil, uma vez que neste item nos propomos a examinar o universo profissional do Assistente Social, inserido no sistema capitalista.

A partir disso, é possível entender que o Assistente Social uma vez inserido na divisão social e técnica do trabalho coletivo (IAMAMOTO, 2001), passa a fazer parte do mercado capitalista, numa relação mercantil e assalariada. Esse fato também gera questão social dentro da realidade da contradição das classes, conforme Iamamoto e Carvalho (2011, p. 77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e do seu ingresso no cenário da sociedade, exigindo seu reconhecimento enquanto classe por parte do empresariado e do Estado.

Dessa maneira, quando observamos as mudanças nos espaços sócio-ocupacionais, estes são historicamente datados e por isso acabam por expressar a dinâmica da acumulação envolvida por interesses que visam lucro. Assim, os espaços sócio-ocupacionais refletem as condições que são particulares e as relações de trabalho vistos na sociedade brasileira, num momento de intensas mudanças na base técnica da produção. Por isso, a introdução de inovações tecnológicas potencializam a produtividade e intensificam o ritmo de trabalho. Como destaca Iamamoto (2012, p. 88):

A crescente potenciação do trabalho vivo possibilitada pelo avanço científico e tecnológico, em que a ciência torna-se uma força produtiva por excelência, patenteia o papel essencial que o trabalho cumpre na reprodução da sociedade contemporânea, como substância mesma da riqueza.

Este contexto histórico está em constante movimento. Por isso, acaba por atribuir novas características ao mercado profissional tornando, assim, múltiplos os espaços sócio-ocupacionais para a inserção do Assistente Social, exigindo desse profissional novas habilidades, competências e atribuições.

4 AS EXPRESSÕES DE RESISTÊNCIA DA “QUESTÃO SOCIAL” NO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Este capítulo apresentará o caminho realizado para o desenvolvimento da pesquisa, os balizadores do percurso e as possibilidades que se deparam no caminho da investigação. Traz, portanto, em si, o desenvolvimento da pesquisa, ou seja, as técnicas, o método e as categorias do método e seu atrelamento com o movimento da realidade que circunscreve o objeto pesquisado. Dessa maneira, o capítulo contém maior aproximação do pesquisador com o leitor e com a metodologia da presente pesquisa. Quanto ao método, este tem como objetivo sinalizar o percurso onde se possa caminhar a partir de investigação ou nas palavras de Gil (2008, p. 9):

Estes métodos esclarecem acerca dos procedimentos lógicos que deverão ser seguidos no processo de investigação científica dos fatos da natureza e da sociedade. São, pois, métodos desenvolvidos a partir de elevado grau de abstração, que possibilitam ao pesquisador decidir acerca do alcance de sua investigação, das regras de explicação dos fatos e da validade de suas generalizações.

Assim, pode-se entender que o método (dialético-crítico) vem num sentido de esclarecer sobre os procedimentos lógicos que devem ser seguidos durante o processo de investigação científica. Os procedimentos desenvolvidos por meio de um elevado nível de abstração possibilitam ao pesquisador decidir sobre o alcance de sua pesquisa. Por meio desse caminho, torna-se possível que apresentemos de onde iniciamos e até onde se pretende chegar. Aqui demonstraremos qual foi a técnica utilizada no processo de pesquisa de acordo com Bardin (2006), ou seja, a análise de conteúdo. Cabe também destacar que um dos caminhos da pesquisa está o referencial teórico que serviu como base para a pesquisa. No quadro que segue são apresentadas a função e uma breve descrição das revistas e da brochura, que se constituem objeto de análise da pesquisa

TABELA – 1 BIBLIOGRAFIA ANALISADA

Bibliografia	Descrição	Função
1. Serviço Social & Sociedade	Revista que objetiva dar visibilidade à produção acadêmica e profissional de assistentes sociais e de pesquisadores de áreas afins.	Contribuir com dados para a pesquisa e construção do TCC.
2. Temporalis	Revista que objetiva a publicação de trabalhos científicos sobre temas atuais relevantes no âmbito do Serviço Social, áreas afins e suas relações interdisciplinares.	Contribuir com dados para a pesquisa e construção do TCC.
3. Brochura “CFESS Manifesta”	Publicação que busca visibilizar os principais posicionamentos políticos do conjunto CFESS/CRESS	Contribuir com dados para a pesquisa e construção do TCC.

Fonte: Construção do autor.

A seguir serão apresentados e analisados os dados coletados a partir dos resumos das revistas Serviço Social & Sociedade, Temporalis e nos artigos da brochura do conjunto CFESS/CRESS.

4.1 ANÁLISE DOS DADOS

Neste item, serão apresentados os dados coletados e analisados a partir dos resumos dos artigos que continham como palavra-chave: “questão social”. Foram analisadas as revistas Serviço Social & Sociedade, Temporalis e CFESS Manifesta, no período entre 2010 a 2014. A sistematização dos dados coletados foi realizada

através de um quadro-síntese (apêndice A), anexo a este trabalho. Após a procedeu-se a análise, conforme os critérios de Bardin já citados anteriormente.

Para a construção do referido quadro e da pesquisa em questão, realizamos a leitura e análise de vinte e três resumos entre artigos, resenhas e entrevista nos três periódicos acima citados. A seguir, será demonstrada a análise dos dados.

4.1.1 Serviço Social & Sociedade

Ao longo do período em análise, foram localizados três artigos em 2010 e dois em 2012. Nos anos de 2011, 2013 e 2014 não houve nenhuma publicação neste periódico que contivesse a questão social como categoria descrita nos resumos apresentados.

Diante dos dados sistematizados, constata-se que os três artigos analisados em 2010 apontam expressões da questão social voltadas ao enfoque das desigualdades sociais. O primeiro e segundo artigos, revistas 102 e 103 respectivamente, estão voltados ao acesso ao direito como condição para a superação da realidade em que se encontram os sujeitos envolvidos. Dessa forma, conforme se refere o primeiro artigo, a morte materna não dever ser tomada na sua condição em si, mas, é necessário avaliar as situações materiais que a geraram. O mesmo ocorre em relação ao atendimento aos adolescentes e jovens em conflito com a Lei, objeto de análise do segundo artigo.

O texto revela que as medidas descritas nos processos judiciais não levaram em conta as condições efetivas que desencadearam as infrações cometidas por adolescentes e jovens. Desse modo, conforme apresenta o texto, tais processos analisam o fato em si, sem uma análise mais ampla das condições sociais, econômicas, familiares, culturais, emocionais, entre outros, que levaram ao conflito com a Lei.

O terceiro artigo na revista 104 aborda o tema da política social do Banco Mundial. Para tanto, são utilizados como referência os relatórios publicados sobre pobreza e sociedade na página oficial do mesmo. Não há uma evidência explícita sobre questão social no resumo apresentado. Porém, é possível identificar que o tema da pobreza traduz-se como uma das expressões da questão social, marcadas a partir do foco da desigualdade social.

No ano de 2012, foram analisados dois resumos de artigos. O primeiro artigo na revista 110 intitulado: Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. Este artigo problematiza de forma teórica as diferentes concepções de pobreza e questão social dentro da tradição liberal, desde o liberalismo clássico até o neoliberalismo.

O segundo artigo na revista 111 intitulado “Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva”, aborda algumas das características da questão social levando em conta os determinantes da formação social brasileira. A partir da análise dos dois resumos, não fica evidente quais são as expressões da “questão social”, sejam elas no âmbito da desigualdade ou da resistência.

No ano de 2014, foram analisados dois resumos de artigo, duas resenhas e uma entrevista. O primeiro resumo da revista número 119, aborda os diferentes sentidos que a palavra “questão social” assume em momentos-chaves das lutas de classe no século XIX, fazendo uma análise histórico-crítica sobre o adjetivo social e de que forma atua na ascensão do movimento operário frente à questão social.

O segundo artigo da revista 120, faz uma análise do trabalho do Assistente Social nas atuais mudanças do capitalismo contemporâneo, particularizando as transformações que são características da esfera da produção e o mundo do trabalho. Também fala sobre as consequentes alterações que ocorrem para as políticas sociais e como isso vem privilegiando a intervenção profissional.

A primeira resenha da revista 117 aponta o fenômeno do pauperismo. Este é um tema recorrente nos debates dentro do Serviço Social seus reflexos são explicitados na Europa ocidental, a partir dos rebatimentos da primeira onda industrializante no final do século XVIII dando origem à expressão questão social. A obra fala sobre os fundamentos da questão social fazendo um resgate da origem da relação entre capital-trabalho e que está determina as condições materiais da classe trabalhadora. Através de uma análise errônea existe uma “nova questão social”. Mas que, na verdade, são novas formas de expressões da questão social, pois o Estado não vai eliminar a precariedade do emprego e a exclusão social.

A segunda resenha da revista número 119 fala sobre o desafio de se estudar a “questão social” brasileira e de que forma isso se expressa nas criações artísticas do samba, fazendo, assim, uma análise das condições particulares que fazem parte da constituição da formação social e cultural brasileira. Faz um resgate histórico sobre a concepção de questão social à luz da teoria social de Marx. Também

possibilita uma análise do samba enquanto expressão sociocultural brasileira, vinculando dessa forma o samba enquanto práxis artístico-cultural às particularidades da questão social brasileira.

A entrevista destaca que as expressões mais agudas da “questão social”, a política social de transferência de renda, tem larga abrangência e está focalizada nas camadas mais miseráveis da sociedade. Coloca também que as políticas sociais, o atual padrão de intervenção social do Estado na “questão social” é baseada na ideologia. O neodesenvolvimentismo é tido como principal meio de se alcançar bem-estar da população aliviando, desse modo, a extrema pobreza e as expressões mais agudas da questão social.

Nos dois artigos e na entrevista não ficam evidentes as expressões da “questão social” sejam elas no âmbito da desigualdade ou da resistência. Nas resenhas ficam evidentes as expressões da “questão social” no âmbito das desigualdades e da resistência. Desse modo, é possível compreender que a indagação que norteia esta pesquisa não encontra respaldo. Isto é, a “questão social” ainda permanece como um quesito a ser respondido.

4.1.2 Temporalis

No período em análise, foram localizados quatro artigos. No ano de 2011 não houve nenhuma publicação neste periódico que abordasse a “questão social” como tema de discussão.

Diante dos dados sistematizados, observa-se que o artigo da Revista nº 29 de 2010 destaca que, embora o debate sobre o processo de assistencialização esteja envolto em uma série de tensões teórico-metodológicas e políticas, a sua natureza e suas características, bem como seus impactos, contribuem de modo significativo para tornar conhecidas as atuais formas de enfrentamento das expressões da questão social. No entanto, o resumo do artigo não mostra claramente quais são as expressões da questão social, porém fornece alguns elementos para esclarecer as mesmas.

O artigo publicado no ano de 2012, edição número 24, da mesma revista expõe as premissas e percorre um caminho revisando algumas das principais particularidades existentes na relação capital e trabalho no Brasil, tais como a super

exploração, a precariedade ocupacional e a regulação do trabalho. Desse modo, tais premissas conseguem dar a dimensão de como estas se reproduzem de maneira desigual nas diferentes regiões do país, especialmente no Nordeste. O resumo deste artigo trata das consequências do capitalismo na sociedade sem, no entanto, deixar claro quais são as expressões da questão social.

Já o artigo publicado no ano de 2013, na revista número 25, aborda a emergência e a legitimidade da questão social no Brasil como sendo resultado das lutas sociais históricas. Nesse sentido, parte do reconhecimento das suas raízes ainda que latentes provenientes da economia colonial-escravista, mesmo sabendo que a questão social só é reconhecida e publicada tardiamente nas primeiras décadas do século XX com o desenvolvimento do capitalismo, através do processo de industrialização e urbanização do Brasil. O resumo deste artigo trata de um contexto histórico e teórico da questão social, mas não esclarece quais são as expressões da questão social.

A análise do artigo da revista *Temporalis* número 28, do ano de 2014, mostra uma pesquisa teórica que tem como origem os processos sociais reais da sociedade brasileira para compreender as determinações do racismo e dessa forma determinar o “lugar” do negro na informalidade, no desemprego e nas relações precárias de trabalho. Para tanto, a autora descreve de que maneira essas condições limitaram ou impediram que os negros participassem da constituição da questão social. O resumo deste artigo versa de forma teórica a questão social, trazendo algumas expressões da questão social como o desemprego e a precariedade do trabalho.

4.1.3 CFESS Manifesta

Esta revista tem uma particularidade em relação as publicações anteriores, pois trata de uma produção sobre os principais posicionamentos políticos da profissão. No período em questão, foram localizados doze artigos, sendo um em 2010, quatro em 2011, três em 2012, três em 2013 e um em 2014.

Através dos dados organizados, observa-se que, o artigo analisado em 2010, mostra a indignação da categoria frente à barbárie capitalista que reforça a desigualdade social e produz diversas expressões da questão social. Esse fato vem reforçando a vontade para lutar e atuar junto com os movimentos sociais em defesa

dos direitos da classe trabalhadora e de uma sociedade livre e emancipada. O trecho do artigo traz elementos importantes para o enfrentamento das expressões da questão social, porém não aborda elementos para a sua compreensão. Também não se refere em nenhum momento às expressões de resistência, mas, demonstra a aspiração da categoria em se unir com os movimentos sociais para reflexão e luta conjunta.

O primeiro artigo da revista CFESS Manifesta, publicado em 7 de junho de 2011, sob o título de “A maioria da Lei 8.662/1993 em tempo de Regulação da Profissão” procura definir com maior precisão as atribuições e as competências profissionais para assim qualificar o profissional no tratamento das expressões da questão social. O texto trata da questão social mais no seu contexto teórico, não deixando claro quais são as expressões da questão social e de resistência. Contudo, enfatiza a importância da qualificação do profissional assistente social e da renovação da Lei de Regulamentação da profissão.

O segundo artigo analisado, aborda o atual debate quanto ao uso de drogas na realidade brasileira e de que forma este fato tem relação com o debate acerca da questão social. Destaca, ainda, a importância do posicionamento do profissional fundamentado e coerente com o projeto profissional do Serviço Social. O artigo trata teoricamente a questão social e não deixa claro quais são as expressões de resistência e da questão social.

O terceiro artigo deste ano diz que o processo de luta e resistência para a efetivação dos princípios éticos-políticos na concepção de profissão dos assistentes sociais não é corporativista. Compreende que o enfrentamento das expressões da questão social necessita da intervenção das demais profissões inseridas na divisão sócio-técnica do trabalho. O artigo mostra que estas profissões construídas historicamente podem e devem contribuir para a transformação da realidade brasileira. O texto aborda também a intervenção nas expressões da questão social de maneira a “recortar” as necessidades sociais “dos/as usuários/as” na conjuntura de diferentes políticas, reforçando assim o caráter burocrático e patrimonialista do Brasil. O artigo aborda a questão social de forma teórica e não se refere às expressões da questão social e de resistência.

O quarto artigo do ano de 2011, afirma que a juventude viu e vê os ataques aos direitos sociais e reforma de previdência, a ascensão do agronegócio, a reforma universitária de caráter privatizante e mercantilizadora. O trabalho também aborda

que a implementação de programas e projetos sociais com caráter focalista e fragmentada reatualizam as perspectivas conservadoras no enfrentamento das expressões da questão social. O texto é de uma tentativa de enfrentamento das expressões da questão social, mas, contudo, não deixa claro quais são essas expressões e as expressões de resistência.

Em 2012 a mesma revista traz em suas publicações três artigos com referências a categoria em análise. O primeiro deles procura mostrar como a profissão atua frente às diversas expressões da questão social e de que forma o Serviço Social compreende a perversa configuração dada pelas lutas de classe no Brasil, fundamentando, assim, que a questão social está impondo “aos/as” trabalhadores/as deste país situações de extrema precarização da vida e do trabalho.

O segundo artigo aborda a apreensão crítica das diversas formas que a questão social se configura e se materializa na cotidianidade. Afirma ainda que é por isso que no interior da profissão o debate e o trabalho profissional estão voltados a problemáticas tais como trabalho infantil, o abuso e a exploração sexual entre outras, que essas seriam expressões sociais radicais da atual questão social. O terceiro artigo trata da necessidade de uma articulação com os movimentos de defesa dos direitos humanos associado com a questão social e com as políticas públicas.

Em 2013, a revista CFESS Manifesta publicou três artigos abordando o tema da questão social. O primeiro analisa como os assistentes sociais atuam nas manifestações da questão social e vivenciam situações desafiantes que exigem uma recusa a banalização da vida e a responsabilização do indivíduo pela própria proteção social frente a uma sociedade que se sustenta na exploração da força de trabalho.

O segundo artigo aborda que para entender e discutir o Serviço Social na luta contra a exploração do trabalho demanda a análise das abordagens do capital para intensificar os processos de exploração da classe trabalhadora, o papel do Estado nas respostas às expressões da questão social e as lutas dos trabalhadores em defesa dos direitos. No aprofundamento das expressões da questão social, o artigo afirma que o Brasil vem se entregando à lógica do capital em diversas dimensões e a integração aos processos de internacionalização do sistema produtivo, assumindo assim contornos perversos. O texto traz que esses novos tempos exigem que sejam

empreendidas lutas contra a exploração do trabalho e por melhores condições e relações de trabalho para todos os trabalhadores. Nesse contexto, o documento diz que os Assistentes Sociais, em função de seu trabalho, passam por entraves e contornos limitados pelas instituições expressando, assim, o modo do Estado agir em resposta às expressões da questão social.

O terceiro artigo aponta que a comunicação do conjunto CFESS-CRESS indica a utilização do diálogo como forma de fortalecimento dos movimentos sociais e da classe trabalhadora na perspectiva crítica e emancipatória em forma de denúncia dando visibilidade às expressões da questão social. A partir da análise dos artigos, tornam-se claras algumas das expressões da questão social, mas, sem muito aprofundamento teórico ou do cotidiano do trabalho do assistente social porque os mesmos não deixam claro quais são as expressões de resistência.

Em 2014 apenas um texto da revista CFESS Manifesta aborda o tema da questão social. O artigo em questão mostra que a informalidade, o trabalho precário e o desemprego têm predominado nas relações de trabalho juvenil e assim acaba por expor os jovens a uma vida de desespero e miséria. Em função desse fato, determinados grupos como mulheres e negros, em especial o grupo que surge a partir da sobreposição destas características jovens mulheres negras, são atingidos de forma mais severa pela falta de trabalho. Dessa forma, vivemos uma era de agravamento das expressões da questão social que são resultado da transformação no padrão de acumulação. O artigo fala, ainda, de algumas das expressões da questão social mais voltada para um grupo específico jovens mulheres negras, mas não deixa claro quais são as expressões de resistência.

Após a análise dos textos selecionados, entendemos que, embora teóricos como Yamamoto, Antunes, Silva e Santos, entre outros nos forneçam o embasamento para a reflexão da “questão social” e das expressões de resistências apreendidas pelos Assistentes Sociais – tema desta pesquisa – pouco tem sido produzido quanto a trabalhos e pesquisas sobre o referido tema. Os periódicos que publicam trabalhos sobre Serviço Social apresentam, diante desse fato, poucos textos abordando o tema em questão no período delimitado de 2010 a 2014.

Os dois artigos e a entrevista encontrados na revista Social & e Sociedade não deixam evidentes as expressões da “questão social” que permeiam as desigualdades e as resistências. Dessa forma, é possível concluir que esse tema

não está recebendo a devida atenção para que tenhamos argumentos sólidos para reflexão em torno do objeto do Serviço Social que é a “questão social”.

A Revista *Temporalis*, no mesmo período, publicou quatro trabalhos que fazem referências ao tema pesquisado, sendo um em cada ano. A partir da sistematização dos dados compilados, observamos que os textos abordam a temática quanto ao processo de assistencialização e aos aspectos teóricos-metodológicos e políticos de como as expressões da “questão social”. Contudo, não mostra de forma clara quais são as expressões desta.

A brochura *Manifesta* foi o veículo de comunicação que mais publicou trabalhos no período analisado, fazendo referência à “questão social”. No entanto, apesar disso, os textos pesquisados não deixam claras as expressões da “questão social” e de resistência, embora destaque a importância do aprimoramento do profissional Assistente Social. Nesse contexto, os artigos selecionados trazem aspectos importantes para o enfrentamento das expressões da “questão social” e as formas de atuação do Assistente Social frente às demandas que se apresentam atualmente na sociedade contemporânea.

Desse modo, após a coleta e tratamento dos dados, é possível consideramos, finalmente, que apesar da precariedade dos dados disponíveis, é razoável entender que a reflexão sobre “questão social” é um fator fundamental para a prática diária do Assistente Social. Assim sendo, o estímulo a pesquisa, a análise e a reflexão sobre o tema é ponto essencial a ser perseguido a fim de marcar definitivamente o espaço do Serviço Social na sociedade moderna.

Dessa forma, com base nos dados da referida pesquisa, observamos que os Assistentes Sociais possuem dificuldades de ordem teórico-metodológica, técnico-operativas e institucionais para apreender e intervir nas expressões de resistência da “questão social”, pois, em muitos casos, tratam-se de profissionais, que, muitas vezes, trabalham em condições precárias e que acabam por perder sua identidade profissional. Assim, não raras vezes, os Assistentes Sociais terminam se fechando e atuando somente nessa área em que se especializou.

Nesse sentido, o Assistente Social acaba por esquecer-se de categorias fundamentais, percebemos com base nos dados coletados que por mais que se fale em “questão social”, pode-se notar que tal profissional, não reconhece as expressões de resistência que lhe são apresentadas cotidianamente. O Assistente social entende que as expressões da “questão social”, dão enfoque nas

desigualdades sociais, no acesso ao direito, em muitos casos ele apenas analisa os casos em si sem levar em conta as condições que levaram a cometer certas infrações. Ainda assim, o Assistente social em casos isolados aparenta ter conhecimento teórico para problematizar a questão social, esta que segundo lamamoto (2008, p. 156), é o conjunto das desigualdades e lutas sociais que são produzidas no movimentos contraditório das relações sociais.

O Assistente Social, entende a superexploração, a precariedade ocupacional e a regulação do trabalho e como estas se reproduzem de maneira desigual, cabe assim ao profissional denunciar as formas de violação de direitos que são apresentados no seu cotidiano de trabalho. Notamos também que há uma preocupação com a emergência e a legitimidade da “questão social”, por parte do Serviço Social brasileiro estas que são resultantes das lutas sociais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento em que vamos retomar o presente estudo com a convicção de que não haverá uma conclusão, mas que serão realizadas algumas considerações quanto ao processo vivenciado durante a pesquisa realizada no decorrer de dois semestres dando, assim, fechamento a um ciclo através deste trabalho de graduação em Serviço Social. Buscaremos junto ao presente estudo não emitir, portanto, conclusões por entendermos que a dinâmica da vida social não dá bases para tanto, porém nos proporciona espaço para que sejam realizadas considerações que serão construídas por meio da análise realizada. Tal estudo se deu por meio da análise dos resumos do que consideramos ser as três principais produções sobre o Serviço Social em território nacional no período de 2010 a 2014: Serviço Social & Sociedade, Temporalis e CFESS Manifesta

Esta pesquisa teve como balizas as questões norteadoras para nos guiar no aprofundamento teórico que pode ser observado no primeiro e segundo capítulo. São elas: quais expressões de resistência são identificadas pelos Assistentes Sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais? Que requisições de ordem teórico-metodológica, ético-políticas e técnico operativas são utilizadas pelos Assistentes Sociais para apreensão das expressões de resistência? Que desafios e potencialidades emergem das expressões de resistência da “questão social” nos diferentes espaços sócio-ocupacionais? Tais questões constituíram-se, desse modo, no arsenal metodológico de fundamental importância para que este estudo fosse realizado.

A partir deste ponto abordamos alguns pontos que consideramos fundamentais e que devem ser respondidos. O primeiro ponto consiste em verificar quais são as **expressões de resistência que são identificadas pelos assistentes sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais**. Constatamos que no período em que foram analisados os dados em questão não ficam claras quais são expressões de resistência que se apresentam nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Assim sendo, podemos indagar sobre qual significado podemos atribuir a esse fato.

O segundo ponto fundamental surge a partir da segunda questão norteadora, que ocorre no sentido de perceber quais são as **requisições de teórico-metodológica, ético-políticas e técnico-operativas** utilizadas pelos Assistentes

Sociais para que possam apreender as expressões de resistência constitutivas da “questão social”. Percebe-se que pelo fato das expressões de resistência terem como característica a subjetividade, torna-se difícil para o profissional apreender os espaços gerados pela “questão social” nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

O terceiro ponto fundamental diz respeito a terceira questão norteadora, que aponta as **potencialidades e os desafios** que emergem das expressões de resistência nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Por meio da análise dos dados podemos dizer que, no momento em que o profissional consegue perceber as expressões de resistência, abre-se para ele um leque muito amplo de possibilidades de intervenção com um potencial maior ainda, permitindo a ele uma gama enorme de espaços sócio-ocupacionais para inserir-se, tais como as oficinas desenvolvidas nos Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Quando observamos que existem procedimentos que se referem às etapas em que gravitam a presente pesquisa, colocamos o problema de pesquisa como sendo o ponto central a ser problematizado. Nesse contexto, o problema de pesquisa versa sobre “Como os Assistentes Sociais, apreendem as expressões de resistência inerentes a “questão social”, no trabalho realizado nos espaços sócio-ocupacionais em que estão inseridos?”

Ao analisarmos os dados coletados observamos a realidade em que está inserido o profissional Assistente Social e constatamos as suas dificuldades tanto de ordem teórico-metodológicas, técnico-operativas e institucionais. Trata-se de um profissional que, muitas vezes, trabalha em condições precárias e onde muitas vezes acaba por perder a sua identidade profissional.

Um aspecto que chama a atenção é que o profissional Assistente Social acaba por especializar-se em uma área de conhecimento, tornando-se, dessa maneira, restrito a certos assuntos. Dessa forma termina por esquecer-se de categorias fundamentais. O que leva a esta consideração é o fato de termos resumos dos períodos da análise dos dados onde se fala em saúde, porém não se faz a ligação com a “questão social” ou suas expressões. Sendo assim, o profissional antes de partir para o estudo de uma determinada área precisa ter total compreensão das categorias fundamentais do Serviço Social que é a “questão social”, seu objeto de trabalho, sem se restringir a esta ou aquela categoria.

Nesse sentido, procuramos traçar algumas sugestões. Inicialmente, entendemos que todos os componentes curriculares do curso de Serviço Social

deveriam prever nas suas ementas a articulação da “questão social” interligada com o tema discutido dentro do componente curricular tornando possível, desse modo, a existência de uma transversalidade com o conjunto dos componentes. Entendemos que isso irá proporcionar uma melhor compreensão acerca do fenômeno que é parte fundante do objeto de intervenção do Assistente Social que são as expressões da “questão social”.

Com relação aos fóruns realizados tanto nas universidades como fora delas tenham como foco principalmente a profissão e suas categorias centrais. Quanto ao componente curricular de estágio supervisionado em Serviço Social, torna-se importante que exista um espaço, tanto na supervisão acadêmica quanto na de campo, para a discussão e reflexão sobre como as expressões da “questão social” e as expressões de resistência se apresentam no cotidiano do estágio para estas recebam maior destaque nesta fase e, assim, deem subsídio ao futuro profissional para que possa aprender na prática a exercitar seu olhar nessa questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo, Boitempo, 2000.

ANTUNES, R; BRAGA, R. **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

Bardin, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BARROS, José D'Assunção. **O conceito de Alienação no jovem Marx**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, 2011, v. 23, n. 1, p.223-245

BEHRING, Eliane Rossetti, BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. – 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

BONZATTO, Eduardo Antôni. TRIPALIUM: **O trabalho como maldição, como crime e como punição**. Disponível em <http://www.unifia.edu.br>. Acesso em 26 dez 2014.

BODART, C. **Solidariedade mecânica e solidariedade orgânica**. Disponível em <http://www.cafecomsociologia.com/2011/01/solidariedade-mecanica-e-solidariedade.html>. Acesso em 14 jan 2015.

CFESS/CRESS. **Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília, CFESS/Cress/Ufal, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio Rodrigues da. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

Diretrizes Curriculares – CFESS. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf. Acesso em 11 fev 2015.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 4. Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/keynesianismo> [consultado em 21-01-2015].

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOBBSAWM, E. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda V. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social.** Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissional. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 3ª. ed. SP: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela **O Serviço Social na cena contemporânea.** In CFESS e ABEPSS (Org). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS / ABEPSS, 2010.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 34. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista.** 3ª edição, São Paulo, Global, 1988.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I – 33. Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.**

MARX, K. **O Capital.** Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **O Capital**, Volume I, Parte III, Capítulo VII, *Processo de Trabalho e Processo de Produção de Mais Valia*, Secção 2, *O Processo de Produção de Mais Valia* Manuscrito econômico-filosófico.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. Livro 1. v. 1- 2.

MÉSZÁROS, ISTVÁN. **Marx: A Teoria da Alienação.** Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1981.

MONTAÑO, Carlos, DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social.** – 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. **Cinco notas a propósito da questão social.** *Temporalis*, Brasília, n. 3, 2001.

NETTO, José Paulo, BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** – 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** – 16. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate.** – São Paulo, Cortez, 2004.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época.** São Paulo: Campus, 2000.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”:** particularidades no Brasil. – São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social: resistência e emancipação?** – 1. Ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

SPOSATI, A. **Serviço social em tempos de democracia.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 13, n.39, p.5-30, ago. 1992.

TONET, Ivo. **Educação e formação humana.** Maceió, agosto de 2006. Disponível em:

<[http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/EDUCACAO E FORMACAO HUMANA.pdf](http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/EDUCACAO_E_FORMACAO_HUMANA.pdf)> Acesso em: 26/12/2014.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Serviço Social – Metodologia da Prática dialética.** Porto Alegre: GRATURCK, 2012.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Serviço Social, Questão Social e Resistência.** Disponível em: <<http://graturck.blogspot.com.br/2010/04/servico-social-questao-social-e.html>> Acesso em: 26/12/2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUADRO DE PESQUISA BIBLIOGRÁFICA



TIPO DE MATERIAL: () Artigo () Teses e Dissertações () Livro () Periódicos

FONTE: _____

ANO: _____

TÍTULO	AUTORIA	PALAVRAS-CHAVES	RESUMO